

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



**CENTRO
SOCIAL DA
PARÓQUIA
DA LAGE**

Centro Social da Paróquia da Lage

ANO: 2023

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade	4
1.1 - Dados de identificação	4
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	4
2.1 - Referencial contabilístico utilizado	4
2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras	5
2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	6
3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	6
3.1 - Principais políticas contabilísticas	6
3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas	9
3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas	9
4 - Ativos fixos tangíveis	9
4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis	9
4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:	9
4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:	10
5 - Ativos intangíveis	11
5.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis	11
5.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:	11
6 - Custos de empréstimos obtidos	12
6.1 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:	12
6.2 - Outras divulgações	12
6.3 - Composição Financiamentos Obtidos	13
7 - Inventários	13
7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada	13
7.2 - Quantia escriturada de inventários	13
8 - Rendimentos e gastos	14
8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços	14
8.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:	14
8.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos	14
9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	15
9.3 - Outras divulgações	15
10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	15
10.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas	16

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

10.2 - Principais doadores / fontes de fundos	16
11 - Instrumentos financeiros	17
11.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros	17
11.2 - Instrumentos financeiros e Outros Créditos a ativos não correntes	17
11.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:	18
11.4 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:	18
11.5 - Outras divulgações	19
12 - Benefícios dos empregados	20
12.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas	20
12.2 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão	20
12.3 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade	21
13 - Acontecimentos após a data do balanço	21
13.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço	21
14 - Divulgações exigidas por diplomas legais	22
14.1 - Informação por atividade económica	22
14.2 - Informação por mercado geográfico	23
14.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais	23
15 - Outras divulgações	23
15.1 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	23
16 - Impostos e contribuições	24
16.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:	24
16.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições	24
17 - Fluxos de caixa	24
17.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:	24

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: Centro Social da Paróquia da Lage

Número de identificação de pessoa coletiva: 502459336

Lugar da sede social: Loteamento do Passal, Rua 1, nº3 4730-247 Vila Verde

Endereço eletrónico:

Página da internet: [www.https://www.cslage.pt](https://www.cslage.pt)

Natureza da atividade: Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento,

O Centro Social da Paróquia da Lage doravante designado por CSPL é uma instituição sem fins lucrativos, é uma fundação ereta em pessoa jurídica e pública, por decreto do Sr. Arcebispo Primaz de Braga. Segundo o DL nº 119/83, fica integrado na ordem civil como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), tem como fins a promoção da caridade cristã, da cultura, educação e a integração comunitária e social, na perspetiva dos valores do Evangelho, de todos os habitantes da comunidade onde está situado, especialmente dos mais pobres.

Os fins e objetivos do Centro Social da Paróquia da Lage concretizam-se mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios:

- Apoio à Primeira Infância, através da Creche, Infantário e Jardim de Infância, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- Apoio à Segunda Infância, através de Atividades de Tempos Livres (ATL) ou outras;
- Apoio à Juventude, facultando-lhes Cursos de Formação Profissional que lhes proporcione entrar no mundo do trabalho, ou outros programas;
- Apoio à Família;
- Apoio às pessoas idosas, através de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Centro de Convívio e Apoio Domiciliário, ou Outras;
- Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa, de cuidados continuados e de reabilitação assistida medicamentosa;
- Educação e formação profissional dos cidadão;
- Resolução dos problemas habitacionais das populações;
- Outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados".

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demons

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156

trações financeiras

Derrogações das disposições do SNC-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2022.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases gerais de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada pela Direção.

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

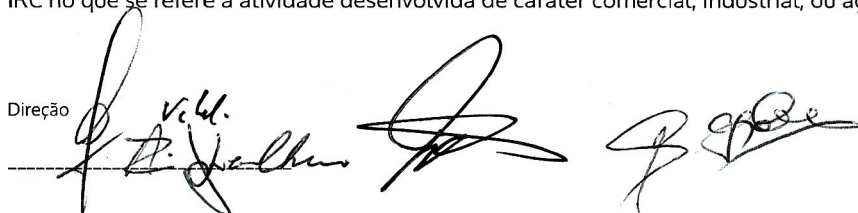
- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC no que se refere à atividade desenvolvida de caráter comercial, industrial, ou agrícola.

Direção



Contabilista Certificado N° 71156

Página: 7 / 25

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes/Utentes e outros valores a receber

As contas de "Clientes/Utentes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

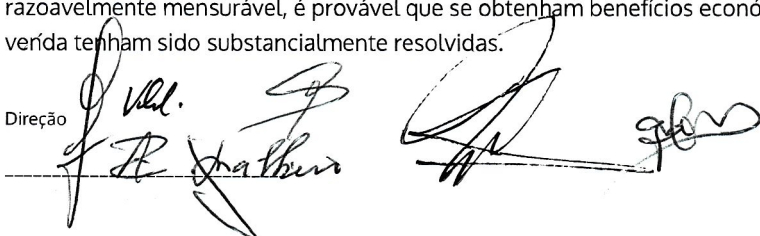
Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma verda tenham sido substancialmente resolvidas.

Direção



Contabilista Certificado N° 71156



Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas

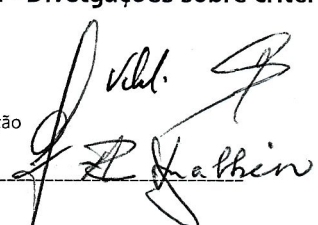
Não foram efetuadas alterações às estimativas contabilísticas. As estimativas efetuadas são consistentes com as realizadas nos períodos anteriores.

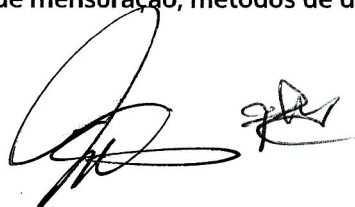
4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo tangível é escriturado pelo seu custo, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Direção 



Contabilista Certificado N° 71156

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Instituição deprecia os ativos fixos tangíveis, de acordo com a vida útil estimada pela Direção.

AFT - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Edifícios e outras construções	Modelo de Custo	Método de linha reta	50	2%
Equipamento básico	Modelo de Custo	Método de linha reta	8	12,50%
Equipamento de transporte	Modelo de Custo	Método de linha reta	8	12,50%
Equipamento administrativo	Modelo de Custo	Método de linha reta	6	16,67%
Outros ativos fixos tangíveis	Modelo de Custo	Método de linha reta	6	16,67%

4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	77.373,78	2.431.982,99	132.479,13	73.656,38	62.575,16	0,00	48.598,91	367.388,83	0,00	3.194.055,18
Depreciações acumuladas	0,00	572.413,13	101.341,76	73.656,38	59.521,99	0,00	48.598,91	0,00	0,00	855.532,17
Saldo no início do período	77.373,78	1.859.569,86	31.137,37	0,00	3.053,17	0,00	0,00	367.388,83	0,00	2.338.523,01
Variações do período	0,00	871.561,19	95.889,20	33.718,92	4.540,43	-48.598,91	48.598,91	-280.091,64	0,00	725.618,10
Total de aumentos	0,00	923.278,47	106.204,54	35.157,36	6.136,47	0,00	0,00	648.413,47	0,00	1.719.190,31
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	106.200,86	34.522,94	6.136,47	0,00	0,00	648.413,47	0,00	795.273,74
Outros aumentos	0,00	923.278,47	3,68	634,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	923.916,57
Total diminuições	0,00	51.717,28	10.315,34	1.438,44	1.596,03	0,00	0,00	0,00	0,00	65.067,09
Depreciações do período	0,00	51.717,28	10.315,34	1.438,44	1.596,03	0,00	0,00	0,00	0,00	65.067,09
Transferências de AFT	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	-48.598,91	48.598,91	-928.505,11	0,00	-928.505,12

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Saldo no fim do período	77.373,78	2.731.131,05	127.026,57	33.718,92	7.593,60	-48.598,91	48.598,91	87.297,19	0,00	3.064.141,11
Valor bruto no fim do período	77.373,78	3.355.261,44	238.683,68	108.813,74	68.711,63	0,00	48.598,91	87.297,19	0,00	3.984.740,37
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	624.130,39	111.657,11	75.094,82	61.118,03	48.598,91	0,00	0,00	0,00	920.599,26

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (2022):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	77.373,78	2.431.982,99	154.046,76	104.839,39	76.831,51	0,00	49.147,71	10.076,79	0,00	2.904.298,93
Depreciações acumuladas	0,00	523.773,36	114.975,94	79.619,14	6.291,65	0,00	102.118,89	0,00	0,00	826.778,98
Saldo no início do período	77.373,78	1.908.209,63	39.070,82	25.220,25	70.539,86	0,00	-52.971,18	10.076,79	0,00	2.077.519,95
Variações do período	0,00	-48.639,77	-7.933,45	-25.220,25	-67.486,69	0,00	52.971,18	357.312,04	0,00	261.003,06
Total de aumentos	0,00	0,00	7.165,78	0,00	0,00	0,00	0,00	357.312,04	0,00	364.477,82
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	7.165,78	0,00	0,00	0,00	0,00	357.312,04	0,00	364.477,82
Total diminuições	0,00	48.639,77	36.751,27	31.183,01	15.939,94	0,00	548,80	0,00	0,00	133.062,79
Depreciações do período	0,00	48.639,66	8.017,86	0,00	1.683,59	0,00	0,00	0,00	0,00	58.341,11
Outras diminuições	0,00	0,11	28.733,41	31.183,01	14.256,35	0,00	548,80	0,00	0,00	74.721,68
Transferências de AFT	0,00	0,00	21.652,04	5.962,76	-51.546,75	0,00	53.519,98	0,00	0,00	29.588,03
Saldo no fim do período	77.373,78	1.859.569,86	31.137,37	0,00	3.053,17	0,00	0,00	367.388,83	0,00	2.338.523,01
Valor bruto no fim do período	77.373,78	2.431.982,99	132.479,13	73.656,38	62.575,16	0,00	48.598,91	367.388,83	0,00	3.194.055,18
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	572.413,13	101.341,76	73.656,38	59.521,99	0,00	48.598,91	0,00	0,00	855.532,17

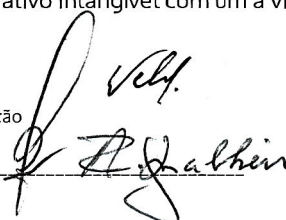
5 - Ativos intangíveis

5.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Um ativo intangível com uma vida útil indefinida deve ser amortizado por um período máximo de 10 anos.

Direção 

Contabilista Certificado N° 71156

6 - Custos de empréstimos obtidos

6.1 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Não havendo assim qualquer capitalização deste tipo de encargos.

Financiamentos obtidos - desagregação:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	490.000,00	24.453,68	465.546,32	0,00	23.004,55	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições de crédito e sociedades financeiras	490.000,00	24.453,68	465.546,32	0,00	23.004,55	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos específicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Empréstimos	490.000,00	24.453,68	465.546,32	0,00	23.004,55	0,00	0,00	0,00	0,00

Financiamentos obtidos - desagregação - Quadro Comparativo (2022):

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	0,00	0,00	399.100,15	0,00	1.776,73	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições de crédito e sociedades financeiras	0,00	0,00	399.100,15	0,00	1.776,73	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos específicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Empréstimos	0,00	0,00	399.100,15	0,00	1.776,73	0,00	0,00	0,00	0,00

O montante de 465.546,32 apresentado na rubrica Passivo Não Corrente - Empréstimos, contempla o crédito realizado junto do Montepio no valor total de 490 000,00€ para apoio na Obra de Ampliação da valência ERPI.

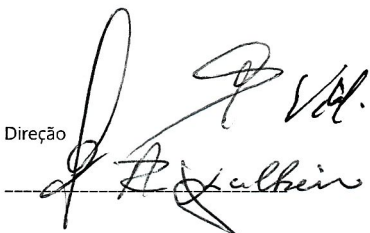
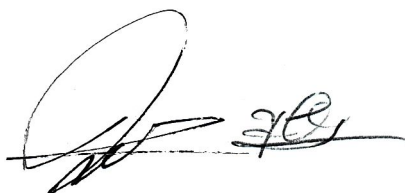
6.2 - Outras divulgações

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

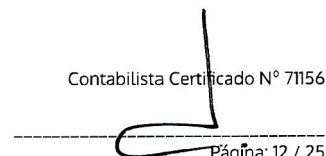
Juros - discriminação:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	23.010,58	1.776,73
Juros de financiamentos suportados	23.010,58	1.776,73
<i>Outros juros de financiamentos suportados</i>	<i>23.010,58</i>	<i>1.776,73</i>

Direção

Contabilista Certificado N° 71156



6.3 - Composição Financiamentos Obtidos

A 31 de dezembro de 2023 a rubrica de empréstimos obtidos apresentava a seguinte composição:

Descrição	Valor Período			Valor Período Anterior		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Empréstimos Bancários	465 546,32	24 453,68	490 000,00	399 100,15	0,00	399 100,15
Total Empréstimos	465 546,32	24 453,68	490 000,00	399 100,15	0,00	399 100,15
Responsabilidade Bancária	465 546,32	24 453,68	490 000,00	399 100,15	0,00	399 100,15

7 - Inventários

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

7.2 - Quantia escriturada de inventários

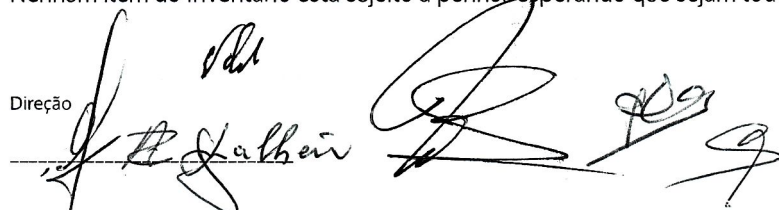
Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Inventários - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	0,00	649,37	649,37	0,00	3.921,73	3.921,73
Compras	0,00	124.534,42	124.534,42	0,00	114.062,55	114.062,55
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	201,48	656,72	858,20	0,00	649,37	649,37
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	124.527,07	124.527,07	0,00	117.334,91	117.334,91
OUTRAS INFORMAÇÕES						

Nenhum item do inventário está sujeito a penhor esperando que sejam todos consumidos durante o período de 12 meses.

Direção



Contabilista Certificado N° 71156



8 - Rendimentos e gastos

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

- Prestação de serviços - são reconhecidos na Demonstração dos Resultados à medida que vão sendo prestados os serviços;
- Juros - são reconhecidos pelo método do juro efetivo

8.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	345.969,22	374.700,90
Juros	7,60	0,00
Total	345.976,82	374.700,90

8.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, foi a seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	114.643,64	80.257,30
Trabalhos especializados	31.885,53	32.551,32
Publicidade e propaganda	1.670,85	690,40
Vigilância e segurança	1.953,98	2.801,08
Honorários	24.169,90	20.954,34
Conservação e reparação	54.963,38	23.260,16
Materiais	30.888,37	20.185,70
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3.419,32	1.893,08
Material de escritório	863,70	1.043,59
Artigos para oferta	100,00	80,00
Outros	26.505,35	17.169,03
Energia e fluidos	60.299,82	68.018,19
Eletricidade	39.872,30	45.880,81
Combustíveis	12.982,49	14.542,87
Água	6.526,81	5.911,51
Outros	918,22	1.683,00

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Deslocações, estadas e transportes	85,60	475,65
Transportes de pessoal	0,00	52,50
Outros	85,60	423,15
Serviços diversos	32.494,85	28.461,16
Rendas e alugueres	3.941,96	2.264,88
Comunicação	3.557,55	4.026,63
Seguros	5.123,66	1.868,58
Contencioso e notariado	25,00	20,00
Despesas de representação	0,00	200,30
Limpeza, higiene e conforto	19.846,68	20.080,77
Total	238.412,28	197.398,00

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o valor de 238.412,28€, que significa um aumento de €41 014,28 face ao ano anterior. Este aumento é consequência fundamentalmente das obras de conservação e reparação de Ativos Fixos Tangíveis em Edifícios e Construções devido a melhorias necessárias consequência das Obras de Alargamento de ERPI.

9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

9.3 - Outras divulgações

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como:

- Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou
- Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

10.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	22.824,70	0,00	0,00	0,00	353.538,00	470.795,83	4.878,46
Para ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	22.824,70	0,00	0,00	0,00	353.538,00	470.795,83	4.878,46
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	22.824,70	0,00	0,00	0,00	304.665,00	406.742,11	2.371,36
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.873,00	64.053,72	1.465,44
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	1.041,66
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	18.533,18	8.473,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	18.533,18	8.473,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	-18.533,18	14.351,16	0,00	0,00	0,00	353.538,00	470.795,83	4.878,46

Subsídios - informações detalhadas - Quadro Comparativo (2022):

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	22.524,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	22.524,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	22.524,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	22.524,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

10.2 - Principais doadores / fontes de fundos

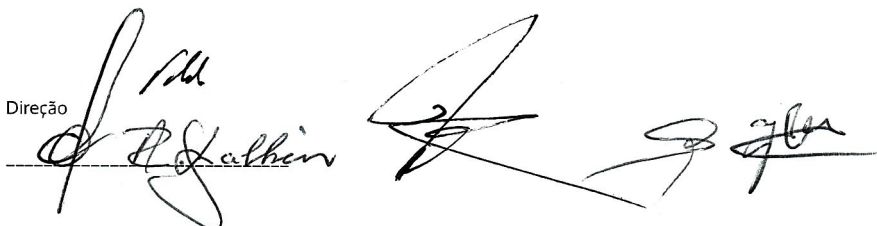
2023

Doações e Heranças - Donativos de mecenas particulares e empresas = 9.741,67€

2022

Doações e Heranças - Donativos de mecenas particulares e empresas = 18.406,76€

Direção



Contabilista Certificado N° 71156



11 - Instrumentos financeiros

11.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

É política da Entidade reconhecer um ativo, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumento financeiro que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma clausula contratual que possa resultar ", para o detentor em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo, em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a entidade não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a entidade, for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

É política da Entidade reconhecer um ativo, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumento financeiro que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma clausula contratual que possa resultar ", para o detentor em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo, em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a entidade não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a entidade, for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.2 - Instrumentos financeiros e Outros Créditos a ativos não correntes

Os Instrumentos financeiros detidos pela entidade respeitam a FRSS - Fundo Reestruturação Sector Solidário e aos Fundos de Compensação de Trabalho.

Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

Identificação	Cotação Mercado	Justo Valor	J. V. em Resultados	J. V. em C. P.	Volume
 Direção					 Contabilista Certificado N° 71156

Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

FRSS - Fundo Reestruturação Setor Solidário	391,3800	0,00	0,00	0,00	0,00
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	6.444,5500	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,0000	0,00	0,00	0,00	0,00

11.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, c onforme quadro seguinte:

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	133.572,90	0,00	0,00	133.572,90
Resultados transitados	1.166.863,69	0,00	-44.330,07	1.122.533,62
Outras variações nos capitais próprios	1.209.476,22	0,00	443.392,67	1.652.868,89
Subsídios	1.209.476,22	0,00	443.392,67	1.652.868,89
Total	2.509.912,81	0,00	399.062,60	2.908.975,41

Capital próprio - movimentos do período - Quadro Comparativo (2022):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	133.572,90	0,00	0,00	133.572,90
Resultados transitados	1.287.433,96	0,00	-120.570,27	1.166.863,69
Outras variações nos capitais próprios	898.414,84	0,00	311.061,38	1.209.476,22
Subsídios	878.462,92	0,00	331.013,30	1.209.476,22
Doações	19.951,92	0,00	-19.951,92	0,00
Total	2.319.421,70	0,00	190.491,11	2.509.912,81

As variações ocorridas no período são relativas à transferência do Resultado Líquido do Período de 2022, que foi negativo em 44 330,07€, para a rubrica Resultados Transitados, ao reconhecimento em Rendimentos do período do montante de 22 524,70 euros relativo à imputação de subsídios já existentes na proporção das depreciações do período dos respetivos bens. No ano de 2023 começou a ser reconhecido o subsídio no âmbito do Norte -07 -4842 - FEDER - 000508 no montante de 3 836,80€ na proporção das depreciações do período dos respetivos bens. Também foi reconhecido o montante de 1041,66€ relativo à Mobilidade Verde.

No ano de 2023 foram reconhecidos os seguintes Subsídios:

- Contrato Portugal 2020 (Norte -07 -4842 - FEDER - 000508) - foi atualizado o valor para 799 333,83€, tendo sido reconhecido o montante de 470 795,83€;

11.4 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e g astos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	70.944,29	0,00	0,00	0,00

Direção



Contabilista Certificado N° 71156

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Cientes e utentes	0,00	6.695,01	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	0,00	64.249,28	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	168.924,69	0,00	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	47.262,02	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	490.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	121.662,67	0,00	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	112,04	0,00	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	118,07	0,00	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	-6,03	0,00	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	-22.954,04	0,00	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	50,51	0,00	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	-23.004,55	0,00	0,00	0,00

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL) - Quadro Comparativo (2022):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	341.243,12	0,00	0,00
Cientes e utentes	0,00	0,00	4.816,95	0,00	0,00
Outras contas a receber	0,00	0,00	336.426,17	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	175.702,77	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	60.280,26	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	399.100,15	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00	115.422,51	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	-1.776,73	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-1.776,73	0,00	0,00

11.5 - Outras divulgações

Acréscimos e diferimentos (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Gastos a reconhecer	0,00	0,00
Seguros	6.614,78	5.653,90
Outros	0,00	344,40
Total de Gastos a Reconhecer	6.614,78	5.988,30
Rendimentos a Reconhecer	0,00	0,00
Segurança Social Acordo de Cooperação	7.945,19	28.272,90
IEFP - Medidas de Apoio à Contratação	10.059,64	0,00
Total de Rendimentos a Reconhecer	18.004,83	28.272,90

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

2023

Na rubrica **Gastos a Reconhecer** estão contempladas as seguintes rubricas:

- Seguros pagos no 2023 relativos a 2024

Na rubrica **Rendimentos a Reconhecer** estão contempladas as seguintes rubricas:

- Subsídios da Segurança Social respeitadas à comparticipação extraordinária prevista na Cláusula IV e V do Compromisso de Cooperação para o Biénio 2023-2024, celebrado em 7 de Dezembro de 2023
- IEFP - Medidas de Apoio à Contratação, CEI - Contrato de Emprego e Inserção e 2 Estágios Profissionais

12 - Benefícios dos empregados

12.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de dezembro de 2023 foi de 53, sendo 2 colaboradores ao abrigo do programa de estágios profissionais do IEFP e em 31 de dezembro de 2022 foi de 54.

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	53,00	92.909,00	54,00	106.966,00
Pessoas remuneradas	53,00	92.909,00	54,00	106.966,00
Pessoas não remuneradas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	53,00	92.909,00	54,00	106.966,00
Pessoas a tempo completo	53,00	92.909,00	54,00	106.966,00
(das quais pessoas remuneradas)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas em tempo parcial	0,00	0,00	0,00	0,00
(das quais pessoas remuneradas)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	53,00	92.909,00	54,00	106.966,00
Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00
Feminino	53,00	92.909,00	54,00	106.966,00

12.2 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

O número de membros dos órgãos diretivos do Centro Social da Paróquia da Lage é de 7 membros não tendo havido alterações ocorridas no período de relato financeiro.

Os órgãos sociais do Centro Social da Paróquia da Lage não são remunerados.

Os órgãos sociais do Centro Social da Paróquia da Lage são constituídos da seguinte forma:

Direção:

- Presidente: Pe. Constantino Peixoto Vilela de Sousa

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

- Vice-Presidente: José Manuel Gomes da Cunha
- 1º Secretário: António Ferreira Rodrigues
- 2º Secretário: Amadeu de Sousa Cruz
- Tesoureira: Alexandrina Leitão Azevedo
- Vogal: José Augusto Vaz Malheiro
- Vogal: José da Costa Soares da Mota

Conselho Fiscal:

- Presidente: Aurélio Vieira de Sousa
- Secretário: João Vaz Malheiro
- Vogal: José António de Sousa Ferreira

12.3 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Os órgãos sociais não são remunerados

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	728.873,18	668.048,98
Remunerações do pessoal	584.692,92	558.833,38
Encargos sobre as remunerações	130.179,69	99.384,46
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	11.897,17	8.350,58
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	2.103,40	1.480,56
- Formação	1.221,00	0,00
- fardamento	882,40	0,00

A Entidade não assume quaisquer responsabilidades por benefícios de subsídios de desemprego ou de reforma.

13 - Acontecimentos após a data do balanço

13.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço

O início do ano de 2023, pautou-se pelo aumento da inflação e das taxas de juro que se tem refletido na diminuição do poder de compra por parte dos consumidores. Esta subida generalizada de preços também de reflete no desenvolvimento da atividade do CSPL.

A Direção continuará a tomar as medidas que se mostrarem adequadas às circunstâncias, em consonância com a situação nacional e mundial, expectando que a atividade da instituição não seja significativamente afetada, dependendo igualmente de apoios por parte do Governo para que não se reflita no Centro Social da Paróquia da Lage.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

dezembro de 2023

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram emitidas pela Direção.

14 - Divulgações exigidas por diplomas legais

14.1 - Informação por atividade económica

Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	87301	
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	345.969,22	345.969,22
Compras	124.534,42	124.534,42
Fornecimentos e serviços externos	238.412,28	238.412,28
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	124.527,07	124.527,07
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	124.527,07	124.527,07
Número médio de pessoas ao serviço	49,00	49,00
Gastos com o pessoal	728.873,18	728.873,18
Remunerações	584.692,92	584.692,92
Outros gastos	144.180,26	144.180,26
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	3.064.141,11	3.064.141,11
Total das aquisições	795.273,74	795.273,74
Adições no período de ativos em curso	648.413,47	648.413,47
Propriedades de investimento		

Informação por CAE - Quadro Comparativo (2022):

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	87301	
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	374.700,90	374.700,90
Compras	114.062,55	114.062,55
Fornecimentos e serviços externos	197.398,00	197.398,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	117.334,91	117.334,91
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	117.334,91	117.334,91
Número médio de pessoas ao serviço	54,00	54,00
Gastos com o pessoal	668.048,98	668.048,98
Remunerações	558.833,38	558.833,38
Outros gastos	109.215,60	109.215,60
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	2.338.523,01	2.338.523,01
Total das aquisições	364.477,82	364.477,82

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Informação por CAE - Quadro Comparativo (2022):

Adições no período de ativos em curso	357.312,04	357.312,04
Propriedades de investimento		

14.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	345.969,22	0,00	0,00	345.969,22
Compras	124.534,42	0,00	0,00	124.534,42
Fornecimentos e serviços externos	238.412,28	0,00	0,00	238.412,28
Aquisições de ativos fixos tangíveis	795.273,74	0,00	0,00	795.273,74

Informação por mercado - Quadro Comparativo (2022):

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	374.700,90	0,00	0,00	374.700,90
Compras	114.062,55	0,00	0,00	114.062,55
Fornecimentos e serviços externos	197.398,00	0,00	0,00	197.398,00
Aquisições de ativos fixos tangíveis	364.477,82	0,00	0,00	364.477,82

14.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados

15 - Outras divulgações

15.1 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

A instituição possuía à data do balanço as seguintes garantias prestadas ao Montepio Geral, no âmbito dos financiamentos contraídos:

Direção 




Contabilista Certificado N° 71156

- Hipoteca sobre o imóvel: 343.000 euros

16 - Impostos e contribuições

16.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto dos períodos de 2023 e 2022 é a seguinte:

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	-71.710,09	-44.330,07
Imposto corrente	0,00	0,00
Imposto diferido	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00
Tributações autónomas	0,00	0,00
Taxa efetiva de imposto	0,00	0,00

16.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	2.529,00	0,00	2.993,25
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	10.146,30	0,00	0,00	946,57
Contribuições para a Segurança Social	0,00	15.377,18	0,00	12.950,83
Outras tributações	0,00	0,00	669,69	0,00
Total	10.146,30	17.906,18	669,69	16.890,65

À data do balanço não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

17 - Fluxos de caixa

17.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e seus equivalentes" inclui os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Direção    Contabilista Certificado N° 71156 
Página: 24 / 25

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	93,82	101.721,06	101.670,14	144,74
Depósitos à ordem	271.922,31	2.613.624,27	2.512.930,91	372.615,67
Outros depósitos bancários	115.000,00	0,00	115.000,00	0,00
Total	387.016,13	2.715.345,33	2.729.601,05	372.760,41

Caixa e equivalentes - desagregação - Quadro Comparativo (2022):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	11.204,69	108.544,69	119.655,56	93,82
Depósitos à ordem	146.041,62	2.104.258,54	1.978.377,85	271.922,31
Outros depósitos bancários	100.000,00	115.000,00	100.000,00	115.000,00
Total	257.246,31	2.327.803,23	2.198.033,41	387.016,13

Direção



Contabilista Certificado N° 71156

